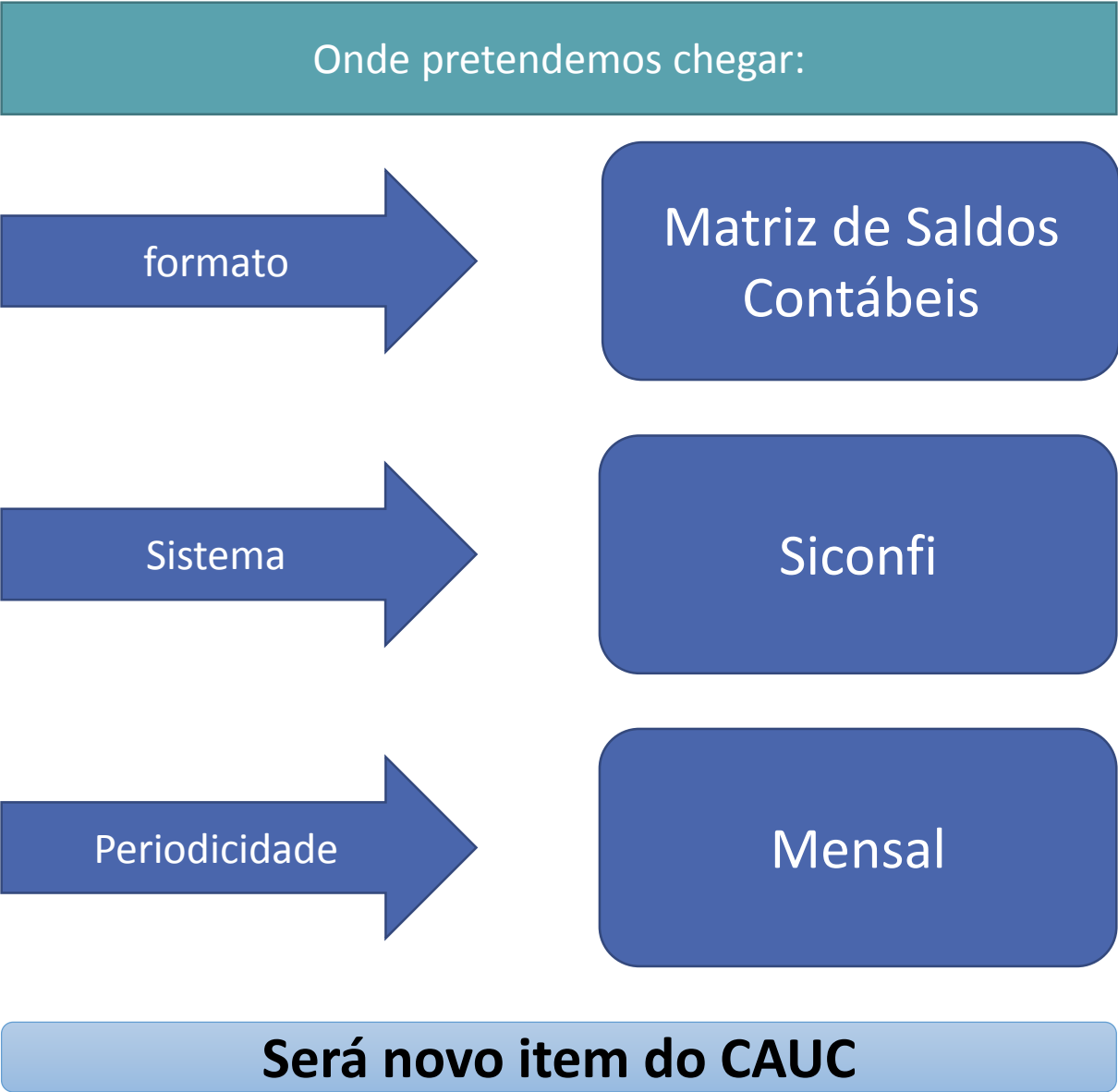


5º Encontro de Gestores De Regimes Próprios de Previdência Social do Estado de Mato Grosso

**Matriz de saldos contábeis;
Portaria MF 333/2017 (Secretaria de Previdência Social – SPS);
Solução de Consulta nº 278, de 01/06/2017 (PIS/PASEP); e
Limite de Responsabilidade Fiscal.**

Alterações do Art. 48 da LRF incluídas pela LC 156/2016

§ 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disponibilizarão suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais conforme periodicidade, formato e sistema estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União, os quais deverão ser divulgados em meio eletrônico de amplo acesso público.



Matriz de Saldos Contábeis - MSC

O que é?

- Grande massa de dados detalhados por informações complementares, que devem ser extraídos diretamente da contabilidade.

Layout da MSC

Conta Contábil

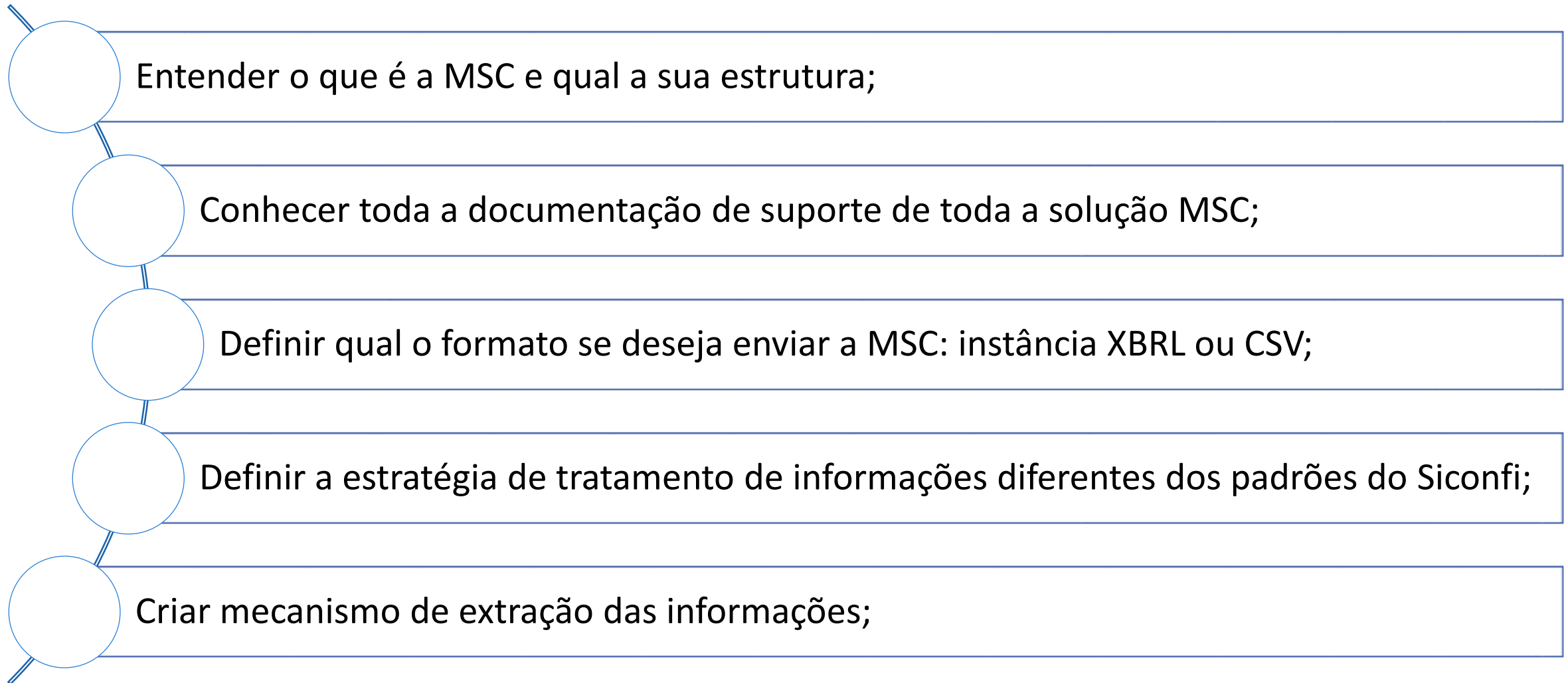
Informações
Complementares

Valor

Tipo de Valor
(saldo inicial,
movimento ou
saldo final)

Natureza do Valor
(débito ou crédito)

O que um ente precisa fazer para enviar uma MSC



Plano de Implementação 156/16 – Portaria 333/2017 da SPS

Escopo	MSC Obrigatória	Mecanismo para exigência/fortalecimento
União	Set/2017	Portaria STN 346/2017 – GT MSC União
Estados, DF e Capitais	Jan/2018	Regime de Recuperação Fiscal
		Portaria MF 333/2017 (SPS)
		LCP 156/16
Municípios que possuem RPPS	Jul/2018	Portaria MF 333/2017 (SPS)
		LCP 156/16
Demais municípios	Jan/2019	LCP 156/16

Exemplo de MSC

MSC – Balancete Mensal		
Informação		
Conta contábil	Complementar – IC	Saldo
521100000	11120200	53,000,000.00 D
521100000	11120431	11,300,000.00 D
521100000	11120434	305,000.00 D
521100000	11120800	13,100,000.00 D
521100000	11130500	48,800,000.00 D
521100000	11211700	640,000.00 D
521100000	11212500	6,000,000.00 D
521100000	11212600	86,000.00 D
521100000	11212800	10,000.00 D

← Entrada

Regra →

Mapeando as Receitas Correntes

Exemplo de Mapeamento		
RECEITAS	Critérios (Componentes da IC)	PREVISÃO INICIAL
		Conta Contábil = 521100000
RECEITAS CORRENTES	Começa com 1	
RECEITA TRIBUTÁRIA	Começa com 11	
Impostos	Começa com 111	
Taxas	Começa com 112	

Exemplo de Relatório – Anexo 1 RREO

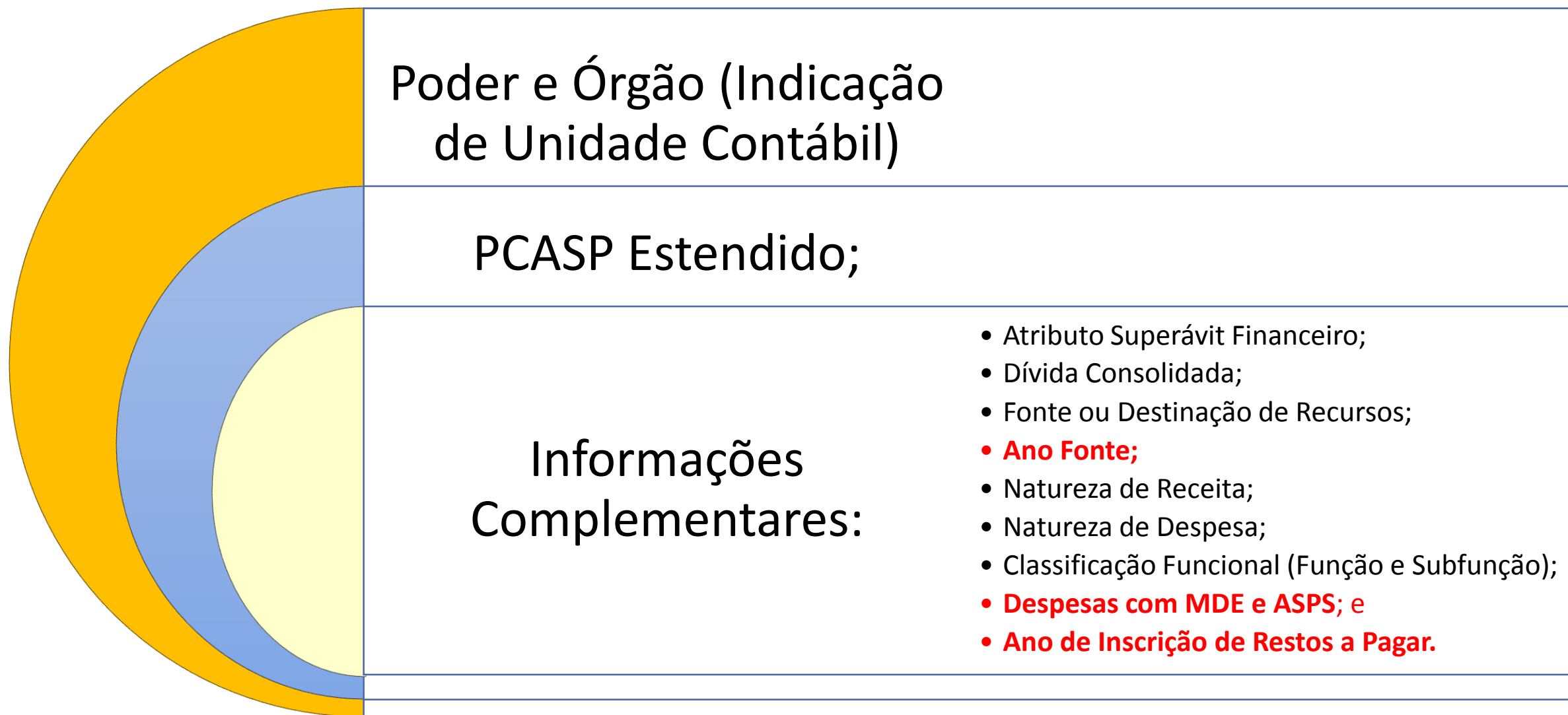
Tabela 1 - Balanço Orçamentário

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL
RECEITAS CORRENTES	133.241,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	
Impostos	
Taxas	

← Saída

Quais são as informações mínimas de um Siafic, conforme Layout da MSC



Nr	CÓDIGO	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	DÍGITOS	Formato	DESCRIÇÃO DÍGITO
1	PO	Poder ou Órgão	5 Dígitos	XX.XXX	Poderes e Órgãos relacionados no artigo 20 da LRF
2	FP	Atributo do Superávit Financeiro (Financeiro/Permanente)	1 Dígito	X	1 - Financeiro 2 - Permanente
3	DC	Dívida Consolidada	1 Dígito	X	0 – compõem a DC 1 – não compõem a DC
4	FR	Fonte ou Destinação de Recursos	4 Dígitos	X.XXX	1º dígito: Exerc. Atual = 1, Exerc. Anterior = 2 3 últimos dígitos = classificação por fonte ou destinação de recursos
5	AF	Ano da Fonte ou Destinação de Recursos	4 Dígitos	XXXX	Exercício de ingresso do recurso
6	NR	Natureza da Receita	10 Dígitos	XXXX.XX.XX.(XX)	Classificação por Natureza da Receita (8 dígitos) MCASP + detalhamento SIOPE e SIOPS (2 dígitos)
7	ND	Natureza da Despesa	10 Dígitos	X.X.XX.XX.XX.(XX)	Classificação por Natureza da Despesa (10 dígitos) Portaria 163 STN/SOF
9	FS	Classificação Funcional (Função e Subfunção)	5 Dígitos	XX.XXX	Função (2 dígitos) + subfunção (03 dígitos), Portaria MPOG nº 42/99,
10	ES	Despesas com MDE e ASPS	1 Dígito	X	0 – não compõe MDE ou ASPS 1 – compõe MDE 2 – compõe ASPS
11	AI	Ano de Inscrição de Restos a Pagar	4 Dígitos	XXXX	Identificação do ano de inscrição de restos a pagar

O que é o Siconfi

Sistema em ambiente web: www.siconfi.tesouro.gov.br

Ferramenta para recebimento e análise de informações contábeis, financeiras e orçamentárias.

Abrange relatórios e informações previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF

Utilizado por todos os poderes e órgãos de um universo de 5.568 Municípios, 26 Estados, o Distrito Federal e a União.

O que **NÃO** é o Siconfi

O Siconfi não é um sistema de registro contábil nem de execução orçamentária e não deve ser confundido com um Sistema Integrado de Administração Financeira e Controle – SIAFIC.

Alterações do Art. 48 da LRF incluídas pela LC 156/2016

Novo
requisito



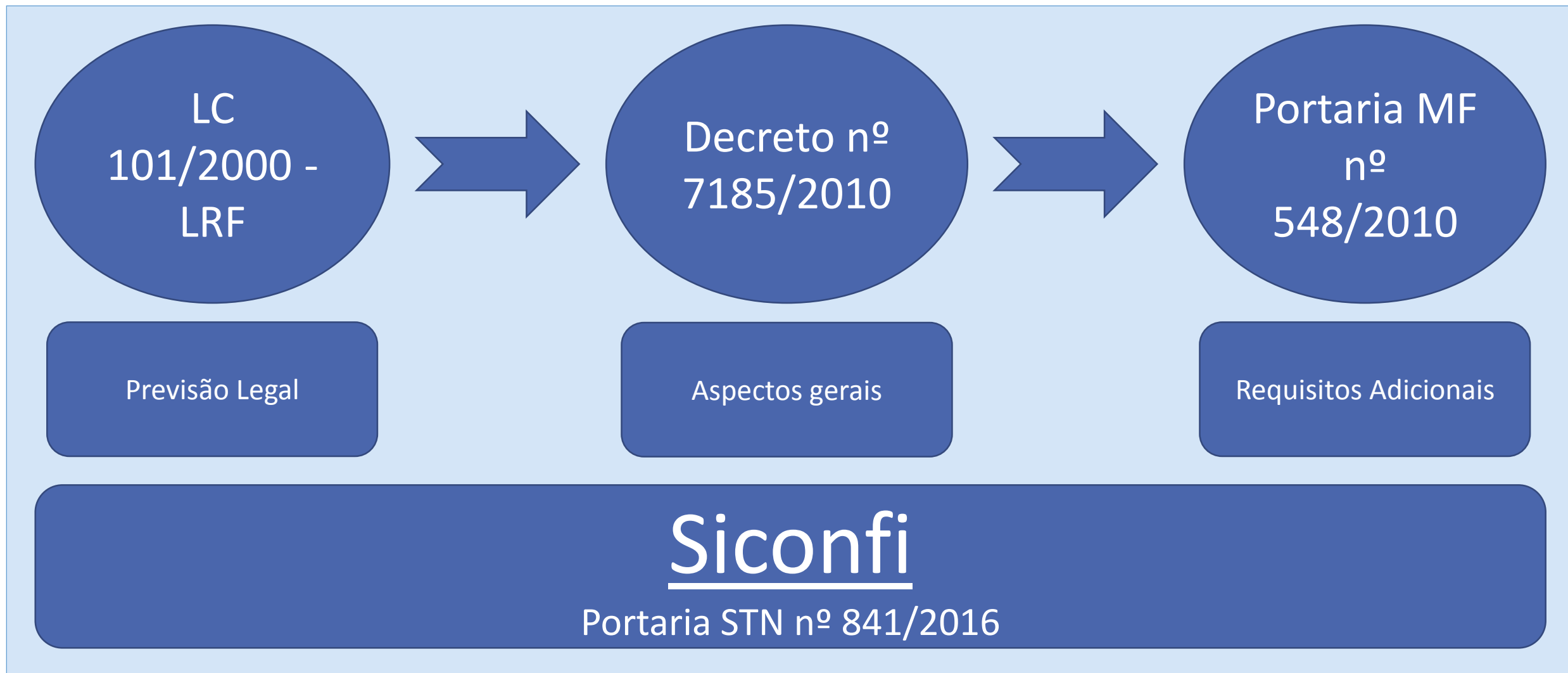
§ 6º Todos os Poderes e órgãos referidos no art. 20, incluídos autarquias, fundações públicas, empresas estatais dependentes e fundos, do ente da Federação devem utilizar sistemas únicos de execução orçamentária e financeira, mantidos e gerenciados pelo Poder Executivo, resguardada a autonomia.

Previsão de
um padrão
mínimo para
SIAFICs



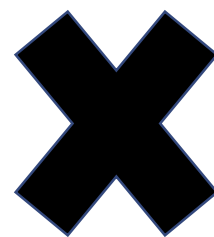
III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A. **(não foi alterado)**

Estrutura legal com a definição do padrão mínimo de qualidade de SIAFICs



Sistemas de controle de saldos x sistemas de contabilidade

Sistemas de controle de saldos



Sistemas de Contabilidade

O que os sistemas de controle de saldos tem de diferente de um sistema de contabilidade que segue toda a legislação de requisitos mínimos?

Utilizam rotinas que são aplicadas em **um determinado período para fazer a leitura dos fatos e atos** armazenados e gerar a escrituração contábil;

Não possuem rotinas de estorno, **excluindo o registro original** para que este possa ser feito na data desejada, inclusive retroativamente;

Não possibilitam a consulta através do **Razão da Conta**, logo após a gravação do fato, apenas atualiza os saldos dos elementos envolvidos;

Não viabilizam a confirmação de que os registros foram escriturados por **partidas dobradas**;

não identificam, de forma unívoca, todos os registros que integram um mesmo lançamento contábil, inviabilizando a identificação de quais foram os **registros contábeis originados**.

Objetivos:

Apresentar posicionamento da Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB sobre questionamentos dos entes acerca da base de cálculo do PIS/PASEP. Operações com o RPPS.

Contextualização:

Durante os trabalhos do GTREL, nas discussões referentes ao cálculo ou não dos valores pagos ao Pis/Pasep no cálculo do limite das despesas com pessoal para fins de controle estabelecido na Lei Complementar nº 101/2000 - LRF, foram levantados diversos questionamentos dos representantes dos entes da Federação sobre a correta identificação da base de cálculo dessa contribuição. Com base nesses questionamentos, foi encaminhada a SRFB a Nota Técnica nº 12/2014/CCONF/STN/MF-DF, de 22 de dezembro de 2014, solicitando posicionamento sobre a composição da base de cálculo dessa contribuição. Assim, a SRFB emitiu a **Solução de Consulta nº 278 – Cosit**.

Regime Próprio de Previdência do Servidor – RPPS:

k. Os RPPS podem ser constituídos como entidade Autárquica ou como os Fundos Municipais. Em qualquer dos casos, o Pis/Pasep incide sobre a receita do Município e do Fundo Municipal? São excluídas as operações intraorçamentárias?

l. O Pis/Pasep incide sobre quais receitas do RPPS? A maior dúvida é sobre as receitas de Contribuição Patronal, visto que quando as receitas ingressaram nos órgãos do município, já sofreram a retenção, Assim, quando a contribuição patronal é recolhida, o mesmo dinheiro é utilizado, duplicando a dedução. Também existem dúvidas sobre as receitas de contribuições dos servidores. Um parâmetro que não sei se poderia ser adotado é se o INSS recolhe Pasep sobre suas receitas.

m. O Decreto nº 4.524/2002, em seu art. 28, prevê algumas exclusões da base de cálculo das entidades de previdência privada, será que haveria a possibilidade de se estender também estas exclusões aos RPPS?

Solução de Consulta nº 278 – Cosit – Questionamento referente aos RPPS

Item “k”: Conforme item 25: No que tange aos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), suas receitas devem ser inseridas ou não na base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep incidente sobre Receitas Governamentais de acordo com todo o conteúdo já exposto. Tendo em vista a explanação anterior de que o contribuinte do tributo são as pessoas jurídicas de direito público interno como um todo e do tratamento das operações intraorçamentárias.

Item “l”: Conforme itens 25.2 a 25.9: A **contribuição dos servidores** e a **contribuição patronal** devem compor a base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep incidente sobre Receitas Governamentais dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS).

Item “m”: Conforme itens 25.10: Não há previsão legal para a extensão aos RPPS dos benefícios instituídos às entidades fechadas e abertas de previdência complementar constantes do art. 1º, inciso V, da Lei nº 9.701, de 17 de novembro de 1998, e do art. 3º, § 5º, § 6º, inciso III e § 7º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, regulados pelo art. 28 do Decreto nº 4.524, de 2002.

Limite de Responsabilidade Fiscal

DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)

Pessoal Ativo Inclui as despesas de natureza previdenciária com pessoal ativo, tais como a **contribuição patronal** ao RPPS.

Pessoal Inativo e Pensionistas Inclui **aposentadorias e reformas, pensões e benefícios** previdenciários.

Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)

DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)

Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados

Despesas com benefícios previdenciários, **custeadas com recursos vinculados** ao RPPS.

Independentemente do formato administrativo que assuma no âmbito do ente
(autarquia, fundação ou fundo previdenciário):

- Deverá manter registros destacados das receitas e despesas de cada um dos Poderes.
- Fornecer informações que possibilitem ao respectivo Poder ou órgão elaborar seu RGF, mediante apuração dos valores brutos de inativos e pensionistas e do montante de inativos e pensionistas pagos com recursos do RPPS.

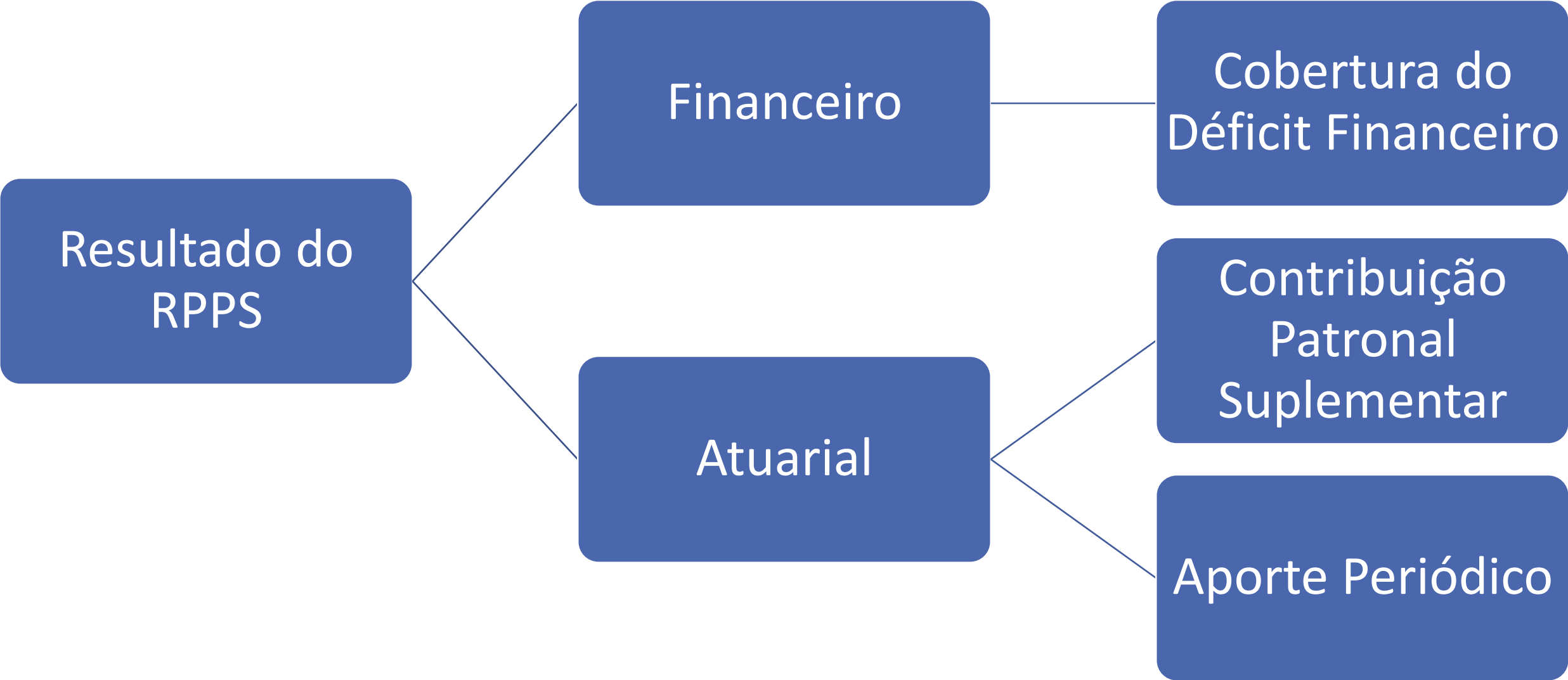
(...) **não serão computadas as despesas com inativos**, ainda que por intermédio de fundo específico, **custeadas por recursos provenientes:**

- a) da arrecadação de **contribuições dos segurados**;
- b) da **compensação financeira** de que trata o § 9º do art. 201 da Constituição;
- c) das demais **receitas diretamente arrecadadas por fundo vinculado** a tal finalidade, inclusive o produto da alienação de bens, direitos e ativos, bem como seu superávit financeiro.

De acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), são também **receitas vinculadas ao RPPS**:

- As **contribuições patronais** ao RRPS;
 - Receitas provenientes do **aporte para Cobertura do Déficit Atuarial** do RPPS
- ❖ A previsão desses itens ocorre por serem:
- ✓ consideradas **receitas próprias** do RRPS e/ou
 - ✓ recursos que buscam alcançar o **equilíbrio atuarial do regime**.

Resultado do RPPS



Obrigado!

Subsecretaria de Contabilidade Pública – SUCON
Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação – CCONF

tesouro.fazenda.gov.br

cconf.df.stn@tesouro.gov.br

Twitter: @_tesouro

Acesse o Fórum da Contabilidade:

www.tesouro.gov.br/forum

Acesse o Siconfi:

www.siconfi.tesouro.gov.br

Eventos:

casp.cfc.org.br